



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

A benevolência da irmã Juliana Devoy viverá eternamente, e a defesa dos direitos das mulheres e crianças mais desfavorecidas deve continuar

A irmã Juliana Devoy, que durante mais de 32 anos se dedicou a servir as camadas sociais mais desfavorecidas em Macau, morreu recentemente, aos 83 anos.

O Centro do Bom Pastor, criado pela Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Bom Pastor em 1990, tem por objectivo proporcionar alojamento provisório às mulheres que se encontram em crise, e assegura uma variedade de serviços, nomeadamente, aconselhamento pessoal, actividades educacionais e recreativas, etc. Os serviços de apoio mútuo entre mulheres começaram a ser disponibilizados em 1998, com vista a prestar apoio às mães e filhos de famílias monoparentais, bem como a outras mulheres com necessidades especiais. O Centro tem promovido também, uns a seguir aos outros, serviços de voluntariado de mulheres e trabalhos de educação comunitária.

A irmã Devoy dedicou a sua vida à defesa e à luta pelos direitos e interesses das mulheres e crianças, ao combate ao tráfico de seres humanos e à violência doméstica, e ao desenvolvimento de trabalhos favoráveis à adopção de crianças abandonadas. Em 2012, o Executivo da RAEM atribuiu-lhe a medalha de mérito altruístico. A sua benevolência, a sua misericórdia, e o seu contributo significativo para os serviços sociais de Macau devem ser lembrados pelas gerações vindouras, e servem para nos incentivar a continuar com a sua obra inacabada, reacendendo a vida daqueles que se encontram na escuridão.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização consagrado na Lei



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, interpelo, por escrito, o Governo, e solicito que me responda, por escrito e ponto por ponto, de forma clara, objectiva e precisa, ao seguinte:

1. Recentemente, a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura designou os vogais do Conselho para os Assuntos das Mulheres e Crianças (Nota 1). Como a representante do Centro do Bom Pastor, que se tem dedicado a servir as mulheres e crianças e tem sido sempre designada como vogal desse Conselho, agora não o foi, alguns operadores do sector dos serviços sociais questionaram fortemente o rigor dessa decisão. Por que razão é que o Governo tomou uma decisão tão surpreendente? Antes desta designação, houve diálogo suficiente com os vogais, enquanto representantes das instituições? Como tal decisão criou uma percepção indesejável de desprezo em relação ao contributo da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Bom Pastor no serviço às mulheres e crianças mais desfavorecidas, o Governo deve, com vista a melhorar a composição desse Conselho, aproveitar a existência de vagas na vertente das individualidades (há ainda uma vaga) para proceder a uma designação suplementar. Vai fazê-lo?
2. O Conselho para os Assuntos das Mulheres e Crianças foi criado em 29 de Novembro de 2016, e tem como atribuições promover as leis e políticas relativas aos assuntos das mulheres e crianças, fomentar a cooperação entre os serviços públicos e as entidades privadas, promover estudos e a eficiente concretização das convenções internacionais (Nota 2) aplicáveis na RAEM. O Governo deve considerar, activamente, proceder à subdivisão do Conselho existente em dois órgãos consultivos, um sobre os assuntos das mulheres e outro sobre os assuntos das crianças, de modo a formular, mais especificamente, os Objectivos de Desenvolvimento das Crianças de Macau, e uma série de políticas e medidas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

para protecção e promoção dos direitos das crianças. Isto contribuirá para evitar uma ênfase excessiva no estatuto parental das mulheres como resultado da mistura dos assuntos das mulheres e das crianças, que impede o desenvolvimento mais diversificado das mulheres e a transversalização da perspectiva de género. O Governo já o fez?

3. A irmã Juliana Devoy da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Bom Pastor dedicou-se, durante mais de 30 anos, a servir as camadas sociais mais desfavorecidas, tendo prestado especial atenção às mulheres e crianças vítimas de tráfico de seres humanos e de violência doméstica, visto que estas necessitam bastante do apoio da sociedade em tempos de crise. O Governo deve tomar medidas para apoiar as diversas instituições particulares no fornecimento de alojamento, aconselhamento e serviços de apoio jurídico às vítimas de tráfico de seres humanos e de violência doméstica. De que medidas dispõe para o efeito? O Governo deve, tendo em conta as necessidades reais, atribuir mais recursos de forma adequada e justa, contribuindo para proteger as vítimas de forma mais eficaz, e para as ajudar a sair da escuridão e a ter uma vida nova o mais rapidamente possível. O Governo dispõe de algum plano sobre isto?

08 de Fevereiro de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Sou Ka Hou



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Nota 1: Despacho da Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 110/2020,
<https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2020/51/despsasc.asp#110>

Nota 2: No âmbito das mulheres: Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem, etc., no âmbito das crianças: Convenção sobre os Direitos da Criança, Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, Convenção relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional, etc.